



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 16, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 16, de 2019, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

22 de Maio de 2019



**RELATÓRIO Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 16, de 2019 (MSG nº 153/2019), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.*

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SF/19545.12883-08



Henrique da Silveira Sardinha Pinto é filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto e nasceu em 19 de abril de 1956, em Belo Horizonte/MG. O diplomata indicado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1979, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2000, e a Ministro de Primeira Classe em 2009. Todas essas promoções foram por merecimento. O indicado é também bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal, tendo se graduado em 1981.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se a de Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (1992); Chefe da Divisão de Pagamentos do Pessoal (1993); Chefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (1999); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (2006); Diretor do Departamento de Promoção Comercial (2006); e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (2016 a 2019).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro no Escritório Financeiro em Nova York (1994); Conselheiro na Embaixada em Ottawa (1997); Ministro-Conselheiro no Escritório Financeiro em Nova York (2002); Embaixador em Argel (2009); e Embaixador em Tel Aviv (2013).

Registre-se também que o diplomata representou o Brasil como Chefe de Delegação em diversas sessões da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas em Roma.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Santa Sé e a Ordem Soberana e Militar de Malta e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.



SF/19545.12883-08



I.I – O BRASIL E A SANTA SÉ

Com 0,44 km² de área, população de 1.000 habitantes e base territorial na Cidade do Vaticano, a Santa Sé tem dupla condição de sede de poder espiritual e temporal, o que imprime caráter especial à sua ação externa. A Igreja Católica é a única instituição confessional do mundo com acesso formal às relações diplomáticas, e sua interação com os outros atores da cena internacional se dá por meio da Santa Sé, pessoa jurídica conduzida pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, que o auxiliam.

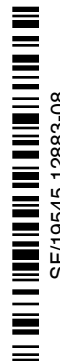
O Brasil e a Igreja Católica mantém relações diplomáticas desde 23 de janeiro de 1826, quando o papa Leão XII recebeu as cartas credenciais de monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, que havia sido enviado a Roma por Pedro I para efetuar gestões em favor do reconhecimento da independência proclamada em 1822.

Em 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Brasil foi elevada à categoria de Nunciatura, ao passo que, em 1919, a representação subiu à categoria de Embaixada.

Os católicos correspondem a cerca de 65% da população brasileira, o que faz com que o Brasil seja considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. A atividade da Igreja Católica no Brasil é orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A pauta bilateral entre Brasil e Santa Sé registra convergência com relação a uma série de questões debatidas no plano multilateral. As posições se aproximam, por exemplo, em matéria de paz e segurança internacional, não proliferação de armas e condenação ao terrorismo.

Cerca de um mês depois de eleito, o Papa Francisco anunciou a criação de grupo de oito cardeais e um monsenhor para auxiliá-lo no exame de reformas no governo da Igreja. O pontificado de Francisco tem-se notabilizado pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma “*Igreja pobre*” e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio santo padre de “*conversão pastoral*”.





As principais diretrizes de seu ministério estão presentes na exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*”, escrita após o sínodo dos bispos sobre “*A nova evangelização para a transformação da fé cristã*” e publicada em novembro de 2013. Do referido documento, constam temas como a “*transformação missionária da Igreja*”, a “*dimensão social da evangelização*”, a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o papel do pregador na sociedade contemporânea, que conferem ao texto o caráter de um “*road map*” do atual pontificado. Ao mesmo tempo, é possível identificar nos três anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores.

A atual política externa da Santa Sé reflete a visão de um mundo multifacetado e interconectado, que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse contexto, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de “*construir pontes*” em um mundo que estaria vivendo processo de desagregação. Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção aos países em desenvolvimento, assim como às periferias dos países desenvolvidos, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos.

Merece menção, por fim, a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica (“*sínodo pan-amazônico*”) terá lugar em Roma, nos dias 22 a 24 de outubro do corrente ano. O primeiro encontro preparatório para o sínodo foi a reunião que o Papa Francisco manteve em janeiro de 2018, em visita ao Peru, com indígenas na cidade de Puerto Maldonado, na tríplice fronteira com Bolívia e Brasil. O segundo encontro ocorreu em Roma, em 12 e 13 de abril de 2018. Na ocasião, os 18 membros do Conselho Sinodal participaram da elaboração de documento preparatório para o sínodo, intitulado “*Novos Caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral*”. Além deste documento, está em preparação o Documento de Trabalho, cuja publicação está prevista para junho próximo.





I.II – O BRASIL E A ORDEM SOBERANA E MILITAR DE MALTA

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta é uma entidade internacional com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. Foi estabelecida no século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém, então sob domínio dos califas do Egito.

Com a conquista de Jerusalém pelos cristãos na Primeira Cruzada (1099), a Ordem assumiu funções militares de defesa dos doentes e peregrinos. Uma bula do Papa Pascoal II, de 15 de fevereiro de 1113, colocou o hospital de São João sob a proteção da Santa Sé e assegurou aos membros da Ordem, originalmente ligados aos beneditinos, o direito de eleger livremente os seus chefes, sem intervenção de qualquer outra autoridade eclesiástica. Iniciou-se, então, a trajetória independente da Ordem do Hospital de São João, já consagrada aos seus dois fins: “*obsequium pauperum*” (a serviço dos pobres) e “*tuitio-fidei*” (a proteção da fé).

Em 1530, o Imperador Carlos V cedeu-lhe como domínios soberanos, com a aprovação do Papa Clemente VII, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, no norte da África. Foi estipulada então a neutralidade da Ordem nas guerras entre nações cristãs. Continuava, porém, a atividade militar em defesa da cristandade.

A Ordem permaneceu em Malta até 1798, quando, durante sua expedição ao Egito, Napoleão Bonaparte ocupou a ilha em função de seu valor estratégico. A Ordem passou, então, a ter sedes temporárias até fixar-se em Roma, em 1834. Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade do Grão-Mestre e as honras cardinalícias que o acompanham.

A Ordem possui um status de Direito internacional *sui generis*.

Embora não possua território próprio (apenas alguns imóveis), recebe tratamento equiparado ao de um Estado, com soberania reconhecida por mais de 100 países. Mantém relações diplomáticas e emite passaportes. Participa da Organização das Nações Unidas como Observador.





Sua população permanente é de apenas três pessoas, o príncipe, o grão-mestre e o chanceler.

Em Roma, mantém duas propriedades (o Palácio de Via Condotti e a Vila do Monte Aventino) que gozam do regime de extraterritorialidade.

A ordem possui 13.500 membros, 80.000 voluntários permanentes e 20.000 profissionais da saúde associados, incluindo médicos e enfermeiros.

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o governo brasileiro reconhece o Estatuto Internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta. As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de embaixada, o que foi acolhido pelo governo brasileiro.

O caráter distintivo da atuação da Ordem Soberana de Malta é a dedicação a obras humanitárias, sempre presente em sua história secular. A Ordem considera as relações diplomáticas como um meio para facilitar o exercício dessas atividades humanitárias.

A Ordem de Malta está presente no Brasil por meio de três associações, em São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília. As entidades têm atuado no Brasil por meio do estabelecimento de creches, inclusive para pessoas com necessidades especiais, e de lares para idosos e para crianças abandonadas; do atendimento médico e odontológico; da reabilitação de adolescentes com antecedentes penais; da criação de centros profissionalizantes; e da assistência social a povoados ribeirinhos carentes da Região Norte.





No campo político, seu objetivo primordial é o de obter um progressivo reconhecimento internacional, razão porque procura, sempre que possível, conduzir suas atividades assistenciais por via oficial.

No plano da política internacional, a Ordem de Malta é neutra, imparcial e apolítica. As raras abordagens de temas com conotação política são feitas de maneira cautelosa e normalmente refletem as colocações mais genéricas do Papa sobre a paz.

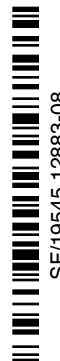
II – CONCLUSÃO

Com base no Regimento Interno, a apreciação dessa matéria restringe-se ao caráter de relatório, não cabendo, portanto, deixar aqui registrada a expressão do voto de relator.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19545.12883-08

**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 16/2019 - Henrique-Santa Sé

Início da votação: 22/05/2019 09:52:03

Fim da votação: 22/05/2019 11:16:34

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
MECIAS DE JESUS		1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS	votou	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MARCIO BITTAR	votou	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	votou	4. CIRO NOGUEIRA	
DANIELLA RIBEIRO		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. ROBERTO ROCHA	
MARA GABRILLI	votou	2. ORIOVISTO GUIMARÃES	votou
ROMÁRIO		3. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO		4. SORAYA THRONICKE	votou
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	votou
MARCOS DO VAL	votou	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
RENILDE BULHÕES	votou	1. HUMBERTO COSTA	
JAQUES WAGNER	votou	2. TELMÁRIO MOTA	
PSD		PSD	
NELSINHO TRAD	votou	1. AROLDE DE OLIVEIRA	
ANGELO CORONEL	votou	2. CARLOS VIANA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES	votou	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	

Votação:TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 22/05/2019

Senador Nelsinho Trad
Presidente



Relatório de Registro de Presença
CRE, 22/05/2019 às 09h - 17ª, Extraordinária
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
MECIAS DE JESUS		1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MARCIO BITTAR	PRESENTE	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
DANIELLA RIBEIRO		5. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
MARA GABRILLI	PRESENTE	2. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE
ROMÁRIO		3. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
MAJOR OLIMPIO	PRESENTE	4. SORAYA THRONICKE	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENILDE BULHÕES	PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA	
JAQUES WAGNER	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. CARLOS VIANA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	

Não Membros Presentes

SÉRGIO PETECÃO
WELLINGTON FAGUNDES
IZALCI LUCAS
LUIS CARLOS HEINZE
MARCELO CASTRO
JUÍZA SELMA
PAULO ROCHA



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

PAULO PAIM

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 16/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À SANTA SÉ E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO À ORDEM SOBERANA E MILITAR DE MALTA, COM 14 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

22 de Maio de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional